



Recebido em:  
31/05/2017  
Aprovado em:  
02/06/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## A UNIVERSIDADE ENQUANTO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

TATIANE CRAVO DE MELO  
TAÍSE DANTAS COSTA  
MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

### RESUMO

O artigo está vinculado a pesquisa com a temática produção de conhecimento, realizada no âmbito da graduação em Serviço Social, desde 2015. O objetivo desse artigo é apresentar algumas reflexões sobre a universidade enquanto espaço que proporciona a produção do conhecimento, tomando por referência o mestrado em Serviço Social. Trata-se de uma pesquisa exploratória que utiliza a análise documental de 31 dissertações defendidas no período de 2013 a 2015 e a pesquisa bibliográfica para refletir sobre a produção de conhecimento no âmbito da universidade. Partimos da concepção de que em decorrência do neoliberalismo, a Universidade enquanto fomentadora da produção de conhecimento está perdendo espaço com a mercantilização da educação. Esse processo descaracteriza a educação para a formação social, política e emancipatória.

**Palavras chave:** Universidade. Produção de conhecimento. Pós-Graduação.

### ABSTRACT:

The article is linked to research with the thematic knowledge production, carried out within the scope of graduation in Social Work, since 2015. The purpose of this article is to present some reflections about the university as a space that provides the production of knowledge, taking as a reference the master's degree in Social Work. It is an exploratory research that uses the documentary analysis of 31 dissertations defended in the period between 2013 and 2015 and the bibliographical research to reflect on the production of knowledge within the university. We start from the conception that as a result of neoliberalism, the University as a promoter of the production of knowledge is losing space with the commodification of education. This process deprives education of social, political and emancipatory formation.

**KEYWORDS:** University. Knowledge production. Postgraduate studies.

### - Introdução

O presente artigo faz uma abordagem sobre a produção de conhecimento e seu caminho na história, enfatizando a universidade enquanto espaço de conhecimento. Ademais, faz algumas reflexões sobre a precarização e privatização da política da educação no Brasil, os impactos e as implicações éticas para a formação profissional em Serviço Social. Os dados desse artigo têm por base pesquisa de cunho exploratória com abordagem qualitativa e quantitativa.

desenvolvida desde 2015, com utilização de pesquisas bibliográficas e documental. O objetivo é discutir sobre a produção de conhecimento no espaço da universidade a partir de alguns textos básicos sobre a temática e ilustrar com dados oriundos das dissertações defendidas, no período entre 2013 a 2015, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/ UFS).

O artigo além da introdução e conclusão aborda três itens. O primeiro apresenta reflexões sobre Universidade fomentando a crítica e produzindo conhecimento. O segundo discute algumas noções sobre o processo de produção do conhecimento e os rebatimentos do ideário neoliberal na universidade e formação profissional. O terceiro enfatiza alguns dados relacionados aos conhecimentos produzidos no âmbito do PROSS.

## **2- Reflexões sobre a Universidade: espaço de crítica e construção de conhecimentos**

A universidade pública enquanto espaço de conhecimento vai muito além de uma interação entre docente, discente e técnico administrativo. Ela é uma instituição social que se caracteriza pela relação entre o Estado e a sociedade, expressando as diferentes culturas, embates ideológicos, expressões, atitudes e propostas de contestação. Caracteriza-se por ser um espaço democrático e autônomo que influencia diretamente na produção do conhecimento e na formação em si de todos os envolvidos na sua composição. Esses aspectos permitem sinalizá-la como um recinto de extrema importância que influencia e é influenciado pelo contexto sócio histórico onde está inserido. É fundamental analisar a universidade enquanto totalidade, permeada por grandes contradições e historicidade, para entender a sua singularidade mediada pela particularidade.

A relação interna ou expressiva entre a universidade e a sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde o seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, um princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais (CHAUÍ, 2003, p. 5).

A universidade pública, como uma instituição social, na sua trajetória histórica vem sendo transformada em uma organização social, está deixando de defender a educação como um direito universal para se tornar, no contexto do neoliberalismo, uma mercadoria. Isto é, torna-se um serviço vendido no mercado que recebe a interferência da visão que cada governo vigente tem sobre ela. O neoliberalismo concretizou-se no Brasil a partir dos anos de 1990, e isso ocasionou uma reforma no Estado, na saúde e na educação, por exemplo, focando na privatização em detrimento do setor público.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, aponta:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É um direito que necessariamente não é alçado por todos. Mediante uma análise crítica observamos que ela não é de responsabilidade exclusiva do estado, alguns sujeitos para acessar educação têm que recorrer à iniciativa privada. É imprescindível destacarmos o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), voltados para a ampliação da educação superior, implantados no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

O REUNI instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, teve como objetivo ampliar as vagas nas Universidades Federais e diminuir as taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Já o PROUNI, programa criado, em 2004, pelo Ministério da Educação, e oficializado através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, focalizou a inclusão social de estudantes que tenham estudado o ensino médio em escolas públicas e atendessem a outros critérios de elegibilidade do programa, através da concessão de bolsas de estudos parcial (50 %) ou integral (100%) nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Saviani (2010, p.14) destaca que:

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o programa “Universidade para todos”, o “PROUNI”, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições. (SAVIANI, 2010, p. 14)

Ambos os programas são extremamente importantes no sentido da ampliação de acesso ao ensino superior. No entanto, o aumento quantitativo de vagas em instituições não significa um aumento qualitativo de educação emancipatória, social e política.

Quando compreendemos que a educação deixa de ser um direito e passa a ser considerada um serviço, entendemos as mudanças que vem ocorrendo na universidade pública e como isso interfere no espaço de produção de conhecimento. A principal mudança ocorre devido à transformação da universidade pública em organização social que, segundo CHAÚÍ (2003, p. 6) é uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade, que tem a si mesma como referência e que está regida, por ser uma administração, pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito que não discute sua própria existência. A universidade pública enquanto instituição é um espaço de crítica, de debates que discute de maneira conflituosa com o Estado, porque isso faz parte de uma democracia participativa. Já enquanto organização social torna-se um espaço que não responde e não analisa as contradições da sociedade, que age de maneira particularmente administrativa, que é regida por contratos e que tem prazo e tempo para cumprir metas e objetivos.

Isso, por sua vez, decorre da forma atual como o capitalismo se estrutura e, majoritariamente, do modelo neoliberal. Não só nas relações entre indivíduos, entre homem e natureza, como em todos os espaços da sociedade é possível analisar as mudanças estruturais e econômicas provocadas por esse modelo. A visão da universidade, de acordo com a lógica de mercado competitivo, atinge à universidade pública transformando diretamente o ensino e a relação do docente com o discente em qualquer curso seja de graduação ou de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Hoje, há o predomínio da transmissão do conhecimento sem incentivo à perspectiva crítica.

O ensino passa a ser regido de forma quantitativa, ao invés de focar-se na qualidade e como menciona Chaves (2006, p. 6), o conhecimento deixou de ser uma construção, um processo, e passou a ser também uma mercadoria a ser negociada no mercado. A preocupação da formação, hoje, está voltada para formar alunos para o mercado competitivo munido de técnicas, de acordo com as finalidades das empresas, esquecendo-se de transformá-los enquanto seres críticos dotados de conhecimentos e de ideologias que, muitas vezes, precisam ser desfeitas, pois estão compostas pela alienação do próprio procedimento capitalista. Para Chauí (2004) a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta à realidade e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política.

Como organização social, a universidade pública perde completamente o foco de ser condutora de transformação e fundamenta-se na velocidade do tempo, quanto mais rápida a formação, mais rápida a saída do discente da universidade. E isso pode ser compreendido quando analisamos a diminuição no tempo de graduação/pós-graduação a ser cumprido pelos alunos.

Nos documentos que orientam a política de pós-graduação na década de 1990 evidenciam-se algumas importantes mudanças como a diminuição do tempo de certificação, a redução do número de bolsas e de seu tempo de duração, a redefinição do mestrado com o privilegiamento do doutorado, a vinculação de teses e dissertações a projetos de pesquisa institucional (HOSTINS, 2006, p. 144).

O objetivo é uma formação mais rápida possível, como a modalidade do ensino à distância (EAD), por exemplo,

porém é exigido do profissional formado cada vez mais capacitação. Segundo CHAUI (2003, p. 11) a competição no mercado de trabalho exige que o candidato a um emprego apresente um currículo com mais créditos do que outros, ou que eles acrescentem créditos ao decorrer dos anos, se capacitando gradativamente. Isso gera consequentemente, uma formação com um novo entendimento voltado para a produção/praticidade e afeta, também, o trabalho do docente que deve se adequar à nova função da universidade pública, se “modernizando”, produzindo e entrando na lógica da competitividade. Afinal, a mudança na universidade pública não trás somente consequências para o discente, ela acarretou transformações que afetaram todos os atuais e futuros trabalhadores.

Uma nova cultura ganha força no interior da universidade. Novos hábitos, novas práticas passam a fazer parte do cotidiano da instituição. Dentre essas lógicas, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela universidade podem ser caracterizadas como prestação de serviço, e a defesa para que seja estabelecida uma cobrança pela realização dessas atividades vem sendo feita de forma natural como se fosse própria da natureza da instituição (CHAVES, 2006, p.7).

Essas mudanças comprometem a universidade como um espaço de conhecimento e a educação de qualidade como um direito social do cidadão. Por isso, não podemos perder o foco que a universidade é um espaço que constrói formação tanto intelectual quanto crítica. Por formação compreendemos uma interligação de ideias construídas que envolvem o tempo presente, passado e futuro. Uma ligação com a construção de conhecimento que interliga sujeito e objeto, totalidade e singularidade. Tanto o docente quanto o discente insere-se no espaço universitário para se construir enquanto ser. Dessa forma, independente de tudo, esse espaço deve ser voltado para transformação de uma perspectiva crítica interligando-se com o Estado e com a sociedade. Moderniza-se em prol de qualidade e não de quantidade.

### **1. Noções sobre o processo de produção de conhecimento, impactos na universidade e na formação profissional**

O processo de conhecimento é composto por três elementos e percorre diferentes caminhos históricos e sociais. Esses elementos consistem em sujeito, objeto e o próprio conhecimento, podendo ser abordados por dois pontos de vista: gnosiológico e ontológico.

Uma abordagem realmente crítica da problemática do conhecimento é enormemente dificultada, hoje, porque o estudo da metodologia científica parte dos mesmos pressupostos que sustentam a cientificidade moderna. A metodologia científica tradicional moderna só vê um caminho para a compreensão desse conhecimento: o caminho gnosiológico. Tonet (2016) faz um alerta quanto a esse aspecto e ressalta que devemos analisar historicamente os dois pontos de vista, entretanto para isso é necessário compreendermos o que diferencia gnosiologia do ponto de vista gnosiológico e ontologia do ponto de vista ontológico.

Antes porém, o autor faz algumas considerações sobre os dois termos enfatizando a distinção entre ambos. A gnosiologia estuda a problemática do conhecimento enquanto a ontologia estuda o ser, as determinações gerais que existem em um caráter geral ou particular.

Em relação ao ponto de vista gnosiológico o autor ressalta que tem como elemento central o sujeito. Essa concepção enfatiza o caráter ativo do sujeito no processo do conhecimento, especialmente o fato de que é ele que constrói o objeto, é ele que é o polo regente no processo de conhecimento, e é ele quem colhe todos os dados, que classifica, ordena, organiza e que estabelece as relações, dizendo quem é o objeto (TONET, 2016, p.16).

Para que o sujeito tenha essa finalidade essa perspectiva começa a analisar a faculdade da razão para, então, poder estabelecer quais as suas possibilidades e os seus limites, com o objetivo de manter-se dentro do campo para a produção do verdadeiro conhecimento e não se perder.

Do ponto de vista ontológico o que se tem como eixo é o próprio objeto, ou seja, a ontologia é apenas a captura das determinações mais gerais e essenciais do ser e não da concretude integral (TONET, 2016, p.16). Tendo como eixo o objeto, o ponto de vista ontológico implica a subordinação do sujeito ao objeto, não cabendo o sujeito criar esse

objeto, mas traduzir conceitualmente a realidade do próprio objeto. Por isso, ela prioriza o objeto e não a faculdade da razão, como ocorre na concepção gnosiológica. Ao contrário, concentra-se no ser, na realidade, gerando uma preocupação quanto às questões relativas a esse ser, a realidade e a produção de conhecimento.

Assim, ambos os caminhos contribuem para a produção do conhecimento, ambos estudam a relação entre o sujeito e o objeto, mas sobre pontos de vista divergentes. O autor prioriza o padrão marxiano destacando as mudanças oriundas com as classes sociais na sociedade capitalista. As classes sociais são formadas por grandes grupos de indivíduos separados entre burgueses e proletariados, cuja origem está no processo de produção e apropriação de riqueza. É ressaltado pelo autor a existência de conhecimento, antes do surgimento dessas classes, mas ele comenta que não há uma reflexão crítica sobre o mesmo (TONET, 2016, p. 18).

Dessa forma, esse surgimento, conseqüentemente, provocou uma reflexão questionadora acerca da problemática do conhecimento na sociedade. Logo, uma forma radical nova requer uma forma essencialmente nova de produzir conhecimento. Assim com a instauração da forma burguesa a sociabilidade exigiu um padrão essencialmente novo de conhecimento e o indivíduo que mais contribuiu para lançar os fundamentos desta nova forma de produzir conhecimento foi o cientista Karl Marx, introduzindo uma proposta de produzir conhecimento sobre a realidade social (TONET, 2016, p. 23).

Segundo Tonet (2016), Marx percorreu vários caminhos até compreender a relação entre realidade e razão provocando uma reflexão questionadora acerca da problemática do conhecimento na sociedade, de modo a sair da aparência para atingir a essência do fenômeno (TONET, 2016, p. 23).

O autor seguindo os argumentos de Marx afirma que a racionalidade de um mundo, vai ser determinada por cada período histórico e lugar. Esclarece também, a relação entre objetividade (mundo) e subjetividade (razão), explicando que o mundo está dividido em muitas partes estruturadas, aonde o trabalho é parte fundante desta totalidade e as classes sociais correspondem ao sujeito fundamental do conhecimento, oriunda da transformação da natureza.

Com base nesses elementos podemos afirmar que as transformações ocorridas em cada momento histórico na sociedade têm rebatimentos na forma de produzir conhecimento e conseqüentemente, no âmbito das universidades, espaço privilegiado para tal ocorrer.

Tomando por referência o Brasil temos que o mesmo, após a saída da ditadura militar tornou-se um Estado democrático aprovando a Constituição Cidadã de 1988, com o capítulo II exclusivamente dedicado aos direitos sociais, entre eles, o direito a educação. Mas, o pensamento neoliberal, já difundido em países da Europa e da América Latina desde a década de 1970, começou a nortear a política econômica e social brasileira, a partir dos anos de 1990, provocando diversas conseqüências, inclusive alterações na nossa constituição. O Estado passou a atuar com o setor privado, as políticas sociais adotadas passaram a ser restritas, emergenciais e assistencialistas para garantir a acumulação do capital e minimizar as expressões da questão social. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) caminharam nessa direção, assim como o de Michel Temer (a partir de 31 de agosto de 2016), que destituiu a presidenta anterior do cargo, está acelerando as medidas neoliberais.

A educação, em especial, já vem sofrendo impacto desde a época das reformas ocorridas no período da ditadura militar (1964-1985). Vestígios da reforma universitária de 1968 estão presentes na atual política da educação, como podemos constatar na seguinte reflexão quando menciona:

Discutem sobre os legados da reforma universitária de 1968 e salientam quatro eixos de análise que foram mantidos deste período aos dias atuais, que são: 1) fragmentação da educação e acesso diferenciado a níveis e etapas de ensino; 2) descaracterização da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; 3) privatização como política oficial para o ensino superior; 4) autoritarismo e repressão sistemática nas instituições de ensino superior (MINTO e MINTO, 2012 apud BENATTI e MUSTAFA, 2016, p. 145).

O terceiro eixo, a privatização, após os anos 1990, foi intensificada principalmente, no Brasil com a Lei nº 7.200/2006, ainda em vigor.

Além da privatização, a lei em vigor (Lei nº 7.200/2006) permite que as Instituições de Ensino Superior (IES), denominadas sem fins lucrativos, recebam recursos estatais na forma de: a) subvenção social, b) auxílio; c) contribuição; d) convênio; e) termo de parceria; f) imunidade de impostos; g) imunidade de contribuições sociais; h) isenção; i) incentivo fiscal ao doador; j) voluntariado. (BEHRING, 2008, apud BENATTI e MUSTAFA, 2016, p. 146).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a fragmentação educacional foi bem expressiva, foram criadas instituições não universitárias, mais próximo do modelo estadunidense e europeu, houve uma separação entre instituições de ensino e de pesquisa. No governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi colocado em prática e aprofundado, no segundo mandato, os princípios definidos pelo governo anterior bem como as diretrizes do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a educação superior, descaracterizando a educação para a formação humana, política, cultural, social e emancipatória.

No primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, houve a consagração da prevalência do setor privado em detrimento do financiamento da educação pública, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE-2011/2020). As mudanças efetuadas pelo capital vão contra a educação emancipatória e crítica, elas se processam em prol do lucro de seu grandioso mercado (BENATTI e MUSTAFA, 2016).

Esses aspectos repercutem na formação profissional em Serviço Social no Brasil. Convém destacar que a profissão emergiu na sociedade brasileira, em 1936, e que ao longo de sua trajetória vem sofrendo transformações. Entre essas, destacam-se as provocadas pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ocorrido no período de 1965 a 1975, na América Latina que aproximou a interlocução com os fundamentos da teoria social marxista. No Brasil, as repercussões desse movimento estão presentes no aprimoramento do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão, em 1993, nas diretrizes curriculares aprovadas, em 1996, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O projeto ético político profissional, fundamentado na teoria social de Marx, encontra-se ameaçado pelo ideário neoliberal pelas reformas educacionais instituídas que favorecem o capital, o empresariado através do crescimento dos cursos na modalidade de ensino à distância (EAD). A expansão desse mercado traz implicações na configuração ética e política do Serviço Social.

Para (BARROCO, 2009, p.139), “a conjuntura em que vivemos é favorável ao aprofundamento do conservadorismo e do individualismo [...] que empobrecem o conhecimento crítico e alienam as relações cotidianas”. Ademais, a mesma autora avança a sua reflexão sinalizando que:

A produção de um conhecimento crítico pelo Serviço Social, através de pesquisas desveladoras da realidade sociohistórica e da profissão, em suas várias dimensões e determinações fundantes é parte das conquistas inscritas na trajetória do projeto ético-político profissional. Como tal, não se perde na história, mas pode sofrer uma regressão relativa nesse contexto de favorecimento do neoconservadorismo apoiado na ideologia pós-moderna e nos procedimentos teórico-metodológicos buscados nas vertentes neo-positivistas (BARROCO, 2009, p. 140).

### **1. - Dados sobre a produção de conhecimento no Programa de Pós- graduação em Serviço Social**

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social foi implantado, em agosto de 2011, tendo como área de concentração “Serviço Social e Política Social” e duas linhas de pesquisa “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social” e “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”. Até janeiro de 2017 foram defendidas quarenta e duas (42) dissertações. No entanto, destacamos que a pesquisa utilizada como referência no presente artigo analisou trinta e uma (31) dissertações do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, considerando o período de 2013 a 2015. Constatamos a defesa de oito dissertações em 2013, quatorze no ano de 2014 e nove em 2015. Tomando por base os títulos das dissertações observamos a presença de doze temáticas abordadas, que são: Educação/ Políticas

Públicas; Política de Assistência Estudantil; Saúde; Categoria Trabalho; Política de Assistência Social; Violência/ Gênero; Exercício Profissional; Fundamentos e Formação Profissional; Questão Agrária; Lutas Sociais; Sócio- Jurídico e Meio Ambiente.

A temática Educação/ Políticas Públicas aparece com cinco dissertações, três defendidas em 2013 e duas em 2014, intituladas respectivamente: 1) Serviço Social na educação: a intersectorialidade no exercício profissional do Assistente Social no IFBA; 2) Expansão dos cursos de Serviço Social no nordeste brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal; 3) Programa mulheres mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho; 4) O exercício profissional do Assistente Social na política de educação em Aracaju/Se: um estudo de demandas e respostas sócio-profissionais; 5) Formação profissional e mercado de trabalho do Serviço Social: uma análise dos egressos da EAD em Paulo Afonso – BA. Como podemos constatar as dissertações abordam temas relevantes e atuais que dizem respeito ao exercício profissional, à formação profissional e à política de educação.

A temática Fundamentos e Formação Profissional está presente em quatro dissertações, duas em 2014 e duas em 2015, intituladas respectivamente: 1) Estágio supervisionado em Serviço Social: uma discussão acerca da ética profissional; 2) Desafios ao projeto ético-político profissional do Serviço Social no âmbito da Seguridade Social: respostas ao conjunto CFESS/CRESS; 3) A Formação Profissional do Assistente Social na residência multiprofissional em saúde do HU/UFS; 4) A Sociedade Civil nos Conselhos de Políticas Públicas no âmbito da Assistência Social no Município de Estância/SE.

A Política de Assistência Estudantil apresenta duas dissertações, uma no ano de 2013 e outra em 2014, intituladas respectivamente: 1) A assistência estudantil no contexto da reforma do ensino superior público no Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES; 2) Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

A Saúde com duas dissertações, uma no ano de 2013 e outra em 2015, intituladas respectivamente: 1) Analisar a Criação e Implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) Como Parte do Processo de Contra-reforma do Estado Brasileiro na Área da Saúde; 2) O acesso e a proteção do conhecimento tradicional associado no âmbito da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF): um estudo de suas determinações e contradições no contexto do novo imperialismo .

A temática Categoria Trabalho apresenta quatro dissertações, três no ano de 2013 e uma no ano de 2015, intituladas respectivamente: 1) Atividade docente exercida no modo de produção capitalista: uma análise a partir da categoria trabalho; 2) Trabalhadores ambulantes/camelôs no centro de Aracaju: trabalho, precarização e (des) proteção previdenciária; 3) Prostituição feminina: uma análise a partir da categoria trabalho e gênero; 4) Categoria trabalho na formação em serviço social na perspectiva de discentes de cursos presenciais em Sergipe.

A Política de Assistência Social traz três dissertações, duas no ano de 2014 e uma em 2015, respectivamente: 1) Centralidade às avessas: o lugar da Assistência Social na proteção social brasileira; 2) Programas complementares do bolsa família como foco na geração de renda: uma análise de sua operacionalização nos CRAS de Aracaju – SE; 3) Os Programas de Transferência de Renda no Governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do Plano Brasil sem Miséria.

A temática Violência/ Gênero apresenta três dissertações, duas no ano de 2014 e uma em 2015, intituladas respectivamente: 1) Permanência e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE; 2) A violência doméstica contra mulher na experiência da equipe de trabalho da 6ª Delegacia em São Cristóvão /SE / Adriana Nascimento; 3) Representações de Gestores e Profissionais da Rede de Enfrentamento ao tráfico de pessoas com fins de exploração sexual em Sergipe.

O Exercício Profissional é abordado em quatro dissertações, duas no ano de 2014 e duas em 2015, intituladas respectivamente: 1) O Serviço Social e os direitos dos adolescentes: análise das medidas sócio educativas de meio aberto em Aracaju – SE e Fortaleza – CE; 2) A atuação do Assistente Social no planejamento e gestão das políticas de assistência e saúde no município de Aracaju – SE; 3) A Atuação Profissional do Assistente Social na Execução da Medida Sócio educativa de Internação no Estado de Sergipe; 4) Serviço Social, Projeto Ético Político e Participação dos usuários nos Centros de Atenção Psicossocial de Aracaju-SE.

As temáticas a seguir apresentam apenas uma dissertação, todas do ano de 2014. À questão agrária corresponde a dissertação intitulada: Questão agrária e “questão social”: mediações do caso brasileiro. À temática lutas sociais temos a dissertação Significado sócio histórico da luta pela jornada de trabalho de 30 horas semanais para o Assistente Social brasileiro. À temática sócio-jurídico: Intersetorialidade no campo sócio-jurídico. À temática meio ambiente: Elementos para a análise dos fundamentos ideo-teóricos da política nacional do meio ambiente.

Foram observadas dezessete dissertações na linha de pesquisa: “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social”, destas cinco são do ano de 2013; sete de 2014 e cinco de 2015. Já na linha de pesquisa “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social” encontramos 14 dissertações, sendo três dissertações no ano de 2013; sete em 2014 e quatro em 2015.

Observamos que alguns dos dados das dissertações citadas acima, versam sobre a precariedade que a Educação vem sofrendo, seus desdobramentos e consequências na formação profissional do Serviço Social.

## 5- Conclusão

Mediante as reflexões expostas acima, é possível ressaltarmos a importância de analisarmos a universidade pública para além do capital e da mercantilização do ensino, com a ideia central de defendermos a educação crítica como um direito social de todos os cidadãos. Inevitavelmente o modelo ortodoxo neoliberal vem provocando sérias consequências, interferindo na produção do conhecimento no espaço universitário e prejudica, inclusive um ensino voltado para a emancipação política e social dos sujeitos. Dessa forma, a partir das ideias discutidas neste artigo, concluímos a importância de não naturalizarmos um ensino sem perspectiva crítica.

Para isso, destacamos o percurso sócio histórico que a produção de conhecimento fez, suas abordagens e pontos de vista, transformações ocorridas na sociedade e suas formas de produzir conhecimento. E analisamos os dados empíricos das linhas de pesquisa do programa de pós-graduação em Serviço Social, chamando atenção para as temáticas das dissertações que contemplam as duas linhas, sendo que a primeira linha de pesquisa “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social” possui maior número.

Conforme as reflexões e análises, observamos que a temática voltada para a Educação obteve um maior destaque em relação as outras políticas públicas. Não obstante, todas as dissertações apontam uma reflexão sobre a importância de compreendermos a necessidade de uma educação voltada para uma formação qualificada ética-politicamente, teórica-metodológica, técnica-operativa, valorizando o projeto ético político do Serviço Social e fazendo uma crítica rigorosa ao modelo neoliberal que se intensifica na retirada de direitos e em mudanças estruturais e sociais.

## Referências

BARROCO, Maria Lúcia. Serviço Social e Pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Temporalis**, Brasília, Ano IX, Nº17, p. 131-141, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 2ª Edição, Brasília, **Legislação Brasileira sobre Educação**, p.14, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Presidência da República. Brasília, DF

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos; MUSTAFA, Patrícia Soraya. Privatização e Precarização de Educação Superior no Brasil-Impactos para a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, Ano 16, nº. 32, jul/dez, 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Reforma do Estado e Privatização da Universidade Pública Brasileira - Consequências sobre o Trabalho Docente. **VI Seminário da Redestrado**, Rio de Janeiro, 2006, P.1-14.

CHAUÍ, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2003, n.24, sept./dec.2003.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v.24, n.1, p.133-160, jan/jun, 2006.

RADAELLI, Andressa Benvenutti. Estado e Política Educacional: Reuni e a Expansão do Ensino Superior Público Durante o Governo Lula. **Jornada do HISTERDER**. Paraná, p.1-15, 2013.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. **Poiésis Pedagógica**, Goiás, v.8, n.2, p. 4-17, ago/dez, 2010.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. Maceió: Coletivo Veredas. 2° ed. 2016.

Discente de Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe, Bolsista PIBIC/Voluntário, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO/UFS).  
tatianne-mello@hotmail.com

Discente de Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe, Bolsista PIBIC/Voluntário, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO/UFS).  
taisedantasufs@gmail.com

Doutora em Serviço Social, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO/UFS), docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, licavasconcelos@gmail.com